

Silêncio do governo sobre pauta de reivindicações deixa categoria apreensiva



RUI GAUDÊNCIASITE PÚBLICO

Professores estão mobilizados contra os cortes no orçamento da Educação e pela reestruturação da carreira

SINDICATO

2

Novo site será lançado em setembro para dinamizar a comunicação com a categoria

SINDICATO

3

Eleições serão realizadas para escolher novos membros do CR, CF e vice-presidente da Apufsc

EDUCAÇÃO

8

Debate sobre PEC 395/14 discute a institucionalização da cobrança de cursos *lato sensu*

Carta da Apufsc aos deputados e senadores de Santa Catarina

O Sindicato enviou, no dia 10 de agosto, correspondência aos parlamentares catarinenses no Congresso Nacional pedindo apoio à pauta da categoria. O documento foi entregue ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Mauro Mariani (PMDB), aos outros 16 deputados e aos três senadores.

Senhor(a) parlamentar,

Anunciada como prioridade do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a Educação brasileira passa por uma profunda crise financeira e estrutural, com um corte de mais de R\$ 12 bilhões no orçamento do Ministério da Educação para 2015. Com isso, nos primeiros meses do ano, as universidades federais tiveram um corte de 30% em seus repasses devido à necessidade de ajuste fiscal. Em diversas instituições, os resultados foram cortes em financiamento de eventos e pesquisas, atrasos em bolsas de estudo e suspensão de serviços terceirizados.

O Estado de Santa Catarina conta com duas universidades federais, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com cinco campi:

Florianópolis, Araranguá, Curitibaanos, Blumenau e Joinville, e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com campus-sede em Chapecó. A Instituição mantém, ainda, dois campi no Paraná e três no Rio Grande do Sul. Além disso, o Estado conta com 19 Institutos federais.

Atualmente, a UFSC tem mais de 35 mil estudantes matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, educação a distância, ensino técnico, médio, fundamental e infantil. Conta também com aproximadamente três mil servidores técnico-administrativos e mais de dois mil docentes, sendo a maioria doutores. Além disso, concede mais de 10 mil bolsas de estudos para estudantes de graduação. Já a UFFS tem em seu quadro em torno de três mil alunos, 206 professores e 60 técnicos administrativos.

Se as instituições federais de ensino já encontravam dificuldades para o pleno funcionamento e pagamento das contas, com esses cortes a situação só tende a piorar. As obras do campus da UFSC em Joinville estão paradas e as aulas são ministradas em locais alugados. O campus de Curitibaanos também

não comporta mais a demanda e o mesmo acontece na unidade de Araranguá. Em Blumenau as atividades ocorrem em três locais diferentes e de forma precária. No campus-sede várias obras também estão paralisadas.

Neste momento, professores e técnicos administrativos estão em fase de negociação com o governo tendo em vista a reestruturação da carreira. A proposta de reajuste salarial de 21,3%, parcelado em quatro anos, apresentada na mesa de negociação, já foi rejeitada pela categoria, que espera, no mínimo, a reposição da inflação, mais ganho real, além de uma série de itens relacionados com a categoria, como melhores condições de trabalho e autonomia universitária, entre outros assuntos.

Por tudo isso, o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) solicita o apoio urgente e imprescindível da bancada catarinense no Congresso Nacional à pauta da categoria e que empreenda todos os esforços necessários para que o governo reveja a proposta apresentada, que não atende os legítimos anseios da comunidade universitária.

Diretoria do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina - Apufsc-Sindical

Novo site da Apufsc será lançado em setembro

O site do Sindicato passou por renovação, com layout e sistema mais atuais para acompanhar as novas tecnologias e atender as demandas dos sindicalizados. O projeto foi desenvolvido a partir de críticas e sugestões dos filiados, para melhorar a navegabilidade, facilitar o acesso dos usuários e otimizar a comunicação com a base da categoria.

A página deixou de ser apenas um site institucional, para ser um portal. Ou seja, não só um canal de informação, mas principalmente uma ferramenta de interação com o público. Para isso, todo o conteúdo dos dois sites anteriores também foi centralizado neste novo portal.

A capa reúne as últimas notícias gerais, do jurídico e os últimos artigos de opinião publicados. Também é possível acessar os benefícios, visualizar o último boletim pu-

blicado, preencher um cadastro de contato para novos filiados e realizar a assinatura da newsletter semanal.

A navegação localizada no topo destaca as áreas mais procuradas: Jurídico, Notícias, Artigos, Boletim, Benefícios e Busca. As quatro primeiras categorias podem ser acessadas por ano de publicação, enquanto os Benefícios estão divididos em grupos (Ex.: Cultura, Saúde) e organizados por cidade.

O objetivo da mudança foi aperfeiçoar a funcionalidade das buscas, agora também é possível fazer uma pesquisa dentro das categorias. Os boletins podem ser acessados em arquivo PDF e a última edição permite visualização estilo revista.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas divulgado em abril deste ano, o Brasil já conta com 154 milhões de smartphones, o que representa a existência de três disposi-

tivos para cada dois habitantes. Então, para acompanhar essa tendência, o novo site já foi desenvolvido para ser responsivo, ou seja, para se adaptar aos dispositivos móveis mantendo a boa navegabilidade.

No canto superior direito está a seção Institucional, com as informações da Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho de Representantes, Estatuto e Documentos; a Agenda de eventos realizados pela Diretoria de Promoções Sociais, Culturais e Científicas; a página Mídia, que reúne as Galerias de Fotos divididas por sede, os vídeos de assembleias, palestras e reuniões e ainda uma área Ao Vivo, onde ficará o link da transmissão em tempo real, quando assim necessário.

Dentro do próprio site ainda será possível acessar o Extrato da Unimed (em Benefícios) e o CiaSind (nas Ações, em Jurídico).

Sindicato realiza eleições para escolha dos novos integrantes do Conselho de Representantes

A eleição para o Conselho de Representantes (CR) da Apufsc, gestão 2015/2017, ocorre entre os dias oito e 15 de setembro em todos os Departamentos de Ensino da UFSC, Colégio de Aplicação (CA), NDI, nos campi de Araranguá, Curitibanos, Joinville e no campus da UFFS de Chapecó.

Os candidatos deverão manifestar seu interesse aos respectivos colegas filiados durante o período eleitoral. Não há necessidade de fazer a inscrição na secretaria do Sindicato. A escolha é feita em cada Departamento e oficializada por meio de ata entregue à Apufsc, com o nome do conselheiro e a lista de votação.

As chapas para representar os aposentados precisam ser registradas na sede da Apufsc do Edifício Max & Flora, sala 801, até o dia quatro de setembro.

O Conselho de Representantes é um órgão deliberativo da Apufsc-Sindical e será constituído por membros eleitos, em cada Departamento de Ensino e em cada Escola de Educação Básica das Universidades Federais em Santa Catarina, entre os filiados da Apufsc-Sindical em dia com suas obrigações estatutárias, na proporção de um representante e um suplente para

cada Departamento ou Escola e por representantes dos professores aposentados.

Os professores aposentados, filiados da Apufsc-Sindical e em dia com as suas obrigações sindicais, votarão em chapas com candidatos a titular e suplente como representantes dos aposentados.

O número de representantes titulares dos professores aposentados no Conselho de Representantes será o inteiro imediatamente superior a 1/30 (um trinta avos) do número de professores aposentados que comparecer ao processo eleitoral e o número de representantes suplentes será definido da mesma forma.

As chapas mais votadas definirão os representantes titulares com os seus suplentes.

Poderão candidatar-se para o Conselho de Representantes os filiados que estiverem em pleno gozo de seus direitos. Os membros do Conselho de Representantes tomarão posse na primeira reunião do Conselho após a sua eleição.

São atribuições do Conselho de Representantes: cumprir e fazer cumprir o Estatuto; discutir e deliberar sobre assuntos de interesse dos professores, respeitadas as deliberações da Assembleia Geral; propor diretrizes gerais de trabalho para a

Apufsc-Sindical; manifestar-se sobre todos os assuntos que lhe forem apresentados; elaborar e votar o seu regimento interno; julgar, em primeira instância, os recursos contra os atos da Diretoria ou de qualquer de seus membros; determinar a convocação da Assembleia Geral; aprovar comissões e grupos de trabalho; aprovar resoluções, encaminhando-as à Diretoria para que as execute; acolher e deliberar sobre as representações que lhe forem feitas pela Diretoria da Apufsc-Sindical ou por qualquer filiado; aprovar as propostas da Diretoria com solicitações para despesas não corriqueiras, que não estejam associadas ao funcionamento e à rotina administrativa da Apufsc-Sindical.

Tem ainda, como função, divulgar aos seus representados as decisões tomadas pelo Conselho de Representantes; nomear as Comissões Eleitorais para o processo eletivo da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes; aprovar representações da Apufsc-Sindical; deliberar sobre a destituição de filiados quando em casos previstos no Estatuto; autorizar a aquisição ou a alienação de bens que ultrapassem o valor de 50% (cinquenta por cento) da receita mensal da Apufsc-Sindical.

Novos membros serão eleitos para o Conselho Fiscal e vice-presidente

As eleições para a escolha do Conselho Fiscal (CF), biênio 2015/2017, e para vice-presidente da Apufsc-Sindical acontecem no dia 15 de setembro. De acordo com os editais publicados no dia 14 de agosto, o prazo para a inscrição de candidatos vai até o dia quatro de setembro.

Poderão candidatar-se aos cargos os sindicalizados efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos, tiverem se filiado ao Sindicato no mínimo 30 dias antes da eleição e não estejam ocupando cargos administrativos em universidades federais situadas no território do Estado de Santa Catarina.

As inscrições para ambos deverão ser feitas de segunda a sexta-feira, das 10h às

12h e das 13h às 17h, na sede da Apufsc do Edifício Max & Flora, sala 801.

A eleição para vice-presidente acontece devido a renúncia do professor Claudio Aman-te em junho deste ano.

A votação conjunta acontece das 9h às 19h, no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, no hall central da Reitoria da UFSC para os ativos e nos campi de Joinville, Araranguá, Curitibanos e no campus da UFFS em Chapecó. Os aposentados votam na sede da Apufsc do Campus Universitário.

São atribuições do vice-presidente: colaborar com o Presidente no exercício de suas funções; substituir o presidente nas suas ausências, faltas, vagas ou impedimentos; e

exercer outras atividades determinadas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral.

De acordo com o Estatuto da Apufsc, o Conselho Fiscal, órgão de fiscalização do Sindicato, constituído de três membros titulares e dois suplentes, sócios efetivos da Apufsc-Sindical, é eleito em chapa desvinculada da Diretoria. Cabe ao CF: exercer a fiscalização financeira da Apufsc-Sindical, mediante análise semestral dos documentos contábeis; emitir parecer sobre o balanço, as contas e as despesas constantes do Relatório Anual da Diretoria; prestar esclarecimentos sobre a situação financeira da Apufsc-Sindical, sempre que solicitado por qualquer outro órgão da Apufsc-Sindical ou por seus sindicalizados.

Linha do tempo da discussão entre Governo e Entidades

26 de fevereiro de 2014

O Andes protocolou sua pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, junto ao Ministério da Educação

29 de outubro de 2014

Proifes protocola junto ao MEC sua proposta de reestruturação dos salários e das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para o triênio 2016-2018

20 de março de 2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG propõe que as negociações ocorram em maio, junho e julho. Cronograma aceito pelas entidades sindicais

6 de maio de 2015

Primeira reunião de negociação de 2015. Proifes e Andes apresentam suas propostas de reestruturação de carreira e reajuste salarial

16 de maio de 2015

Andes deflagra greve nas IFEs a partir de 28 de maio

8 de junho de 2015

Apufsc-Sindical convoca a primeira Assembleia Extraordinária. Compareceram 57 professores. Sem quórum para deliberações

18 e 19 de junho de 2015

Conselho Deliberativo do Proifes indica deflagração de greve

25 de junho de 2015

Governo propõe a todos servidores federais reajuste de 212,3%, parcelado em quatro anos. O reajuste seria dividido em 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019

7 de julho de 2015

Durante reunião no MOPG servidores federais rejeita proposta do governo

16 de julho de 2015

Segunda Assembleia Extraordinária da Apufsc é convocada. Na pauta indicativo de greve. Presença de 71 docentes, sem quórum para deliberações

22 de julho de 2015

Primeira e única reunião setorial dos professores das IFES no MPOG. Negociações não avançam

31 de agosto de 2015

Prazo final para o Governo apresentar a Lei Orçamentária Anual 2016

13 de agosto de 2015

Apufsc-Sindical realiza mais uma Assembleia Extraordinária com indicativo de greve. Compareceram 124 professores. Sem quórum, nada foi deliberado

Negociações não avançam e docentes continuam mobilizados

Além da ausência da contraproposta do MPOG, categoria está apreensiva com os cortes no orçamento das universidades federais

O Governo Federal e os professores das universidades federais ainda não entraram num acordo sobre o reajuste salarial e a reestruturação da carreira. Até o momento apenas uma rodada de negociação setorial foi realizada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O encontro aconteceu no dia 27 de julho, quando os representantes da categoria na mesa de negociação rejeitaram a proposta de reajuste de 21,3%, parcelado em quatro anos. Desde então não houve nenhuma sinalização de que as negociações possam avançar. A maior preocupação é que o prazo para a apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 vence no dia 31 de agosto, sem que a previsão com os gastos salariais com os servidores públicos fosse acordada com a categoria. Os aumentos têm que estar previstos no Anexo V do Orçamento. O trecho define as autorizações específicas relativas a despesas de pessoal e encargos sociais para o próximo ano.

Na pauta de reivindicações dos professores das IFEs está a revogação do corte orçamentário para a Educação, melhores condições de trabalho, a defesa do caráter público da universidade, a garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados

A demora nas negociações tem deixado os professores apreensivos. Com isso, docentes de 37 universidades federais já decreta-

ram greve e outros estão em estado de alerta, podendo parar as atividades a qualquer momento. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ainda há indefinição quanto à adesão ao movimento grevista nacional. A Apufsc-Sindical, sindicato que representa legalmente a categoria em Santa Catarina, vem acompanhando a situação de perto. Somente neste ano foram convocadas três assembleias gerais extraordinárias para discutir a greve, mas as deliberações foram prejudicadas por falta de quórum. Mesmo assim, nesses encontros são feitas análises da situação atual, como andam as negociações com o governo e, principalmente, sobre o momento vivido pelas universidades federais com aos cortes orçamentários anunciados pelo governo para o setor. Em agosto, a Diretoria do Sindicato enviou correspondência à bancada catarinense no Congresso Nacional pedindo apoio à pauta da categoria e que os parlamentares empreendam todos os esforços necessários para que o governo reveja a proposta apresentada, que não atende os legítimos anseios da comunidade universitária.

Até o fechamento desta edição o MPOG não havia se manifestado sobre a agenda das reuniões setoriais e nem como a questão será tratada na LOA. Já o Ministério da Educação (MEC) divulgou nota afirmando que “o esforço do governo federal tem sido incansável para garantir o diálogo contínuo e a solução para a greve. O MEC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão têm

trabalhado em conjunto para reestabelecer a atividade acadêmica”. Além disso, na nota, destaca que “a greve dos servidores federais, iniciada em maio de 2015, preocupa muito o Ministério da Educação, principalmente por conta dos alunos que estão sem aulas. Além disso, o cronograma das instituições fica prejudicado durante o processo e acarreta consequências no planejamento acadêmico”. E afirma que “o MEC sempre se colocou à disposição para dialogar com as entidades e instituições federais. A primeira reunião sobre o assunto, com a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), aconteceu em julho de 2014. De fevereiro de 2014 a agosto de 2015, representantes do ministério se reuniram com a entidade 23 vezes para tratar da agenda de reivindicações. A última reunião aconteceu em 21 de agosto de 2015, para dialogar sobre jornada de trabalho. Além da Fasubra, o MEC também recebeu o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) em quatro ocasiões de 2015, de março a julho, além de ter

dialogado com a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) em três reuniões no mesmo ano, de janeiro a julho”.

Para a Apufsc, a nota do MEC não justifica a morosidade nas negociações e o não atendimento das reivindicações da categoria.


Cortes no orçamento das universidades

Alegando a necessidade de fazer ajustes fiscais para a manutenção do pagamento dos juros e amortizações da “dívida” pública, o Governo Federal cortou o total de R\$ 10,5 bilhões da Educação neste ano. Uma realidade que já era difícil ficou ainda pior para as universidades. Soma-se a esse montante os cortes mensais de R\$ 586 milhões no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior que já vinham ocorrendo desde o início do ano – o chamado contingenciamento de verbas – e temos uma situação de precariedade absoluta. O cenário é tão grave que algumas universidades podem parar de funcionar por falta de verbas a partir de setembro. Segundo balanço do Ministério da Educação (MEC), no ano passado, havia 456

obras em execução nas universidades federais. Este corte afetou diretamente a conclusão destas obras. Na UFSC muitas das obras em andamento correm o risco de não serem concluídas por falta de recursos.

O cenário de expansão que se teve nos últimos anos nas universidades federais está ameaçado e começa a dar sinais de retrocesso. A UFSC, de acordo com notícias publicadas na imprensa, ainda não sabe quanto será cortado do orçamento previsto para 2015. A Universidade estaria recebendo repasse do MEC de forma variada.

Diante desse cenário, os professores do campus da UFSC em Curitiba decidiram parar as atividades para reivindicar melhores condições objetivas de trabalho. Na pauta (*veja no quadro*) os docentes pedem mais estrutura na unidade, aumento do espaço físico, mais equipamentos, contratação de mais profissionais, entre outros pontos. Os professores do campus de Araranguá também estão mobilizados e uma paralisação das atividades não está descartada.

A situação também é preocupante nos campi de Joinville e Blumenau. 

Pauta de reivindicações locais do campus da UFSC em Curitiba

A. Infraestrutura

1. Garantia da execução da obra do CBS02 e entrega do mesmo no prazo previsto (agosto de 2016);
2. Disponibilização de novas vagas para a contratação de professores efetivos e técnicos administrativos
3. Resolução urgente para atividades práticas profissionalizantes (espaço físico e equipamentos):
 - a. Clínica e cirurgia animal (pequenos e grandes animais domésticos e selvagens);
 - b. Tecnologia e inspeção de alimentos de origem animal;
 - c. Atividades zootécnicas – produção e reprodução animal;
 - d. Mecanização agrícola e florestal;
 - e. Tecnologia da madeira;
4. Elaboração de um cronograma viável para as obras do hospital veterinário;
5. Melhoria nas condições de trabalho:
 - a. Espaço físico para trabalho de professores adequado às novas demandas do campus (gabinetes e laboratórios);
 - b. Compra de equipamentos para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
6. Priorização na elaboração e execução do projeto de segurança no Campus de Curitiba;
7. Operacionalização do Galpão Agropecuário.

B. Planejamento e Respeito as decisões do Campus

1. Cumprimento de prazos estabelecidos e respeito às decisões tomadas no Conselho da Unidade do Campus. Por exemplo, inserção

do Departamento de Ciências Naturais e Sociais na estrutura acadêmica e administrativa da UFSC, conforme foi deliberado pelo Conselho do Campus de Curitiba em 12/julho/2013 e reiterado em 17/julho/2015;

2. Estabelecimento de um planejamento estratégico a longo prazo para manutenção e expansão do Campus;

C. Pareceres sobre:

1. Obra do Galpão Agropecuário, que foi construído e não dispõe, ainda, de projeto do poço necessário ao abastecimento de água, e de projeto para fornecimento de energia elétrica que permitirá seu pleno funcionamento;
2. Edital CTinfra 2013;
3. Esclarecimentos sobre a utilização do CEDUP;
4. Consolidação da interiorização da Universidade Pública dentro do projeto REUNI;
5. Estrutura administrativa consolidando a forma Multicampi da Universidade.

D. Condições de trabalho

1. Reavaliação da execução, por docentes, de funções administrativas inerentes a outras categorias profissionais devido ao baixo número dos STAE (por exemplo, compras de livros, obtenção de orçamentos de materiais/equipamentos, entre outras);
2. Oferta de cursos e vagas de capacitação docente: cursos Profor, além de validação de atividades vinculadas ao ensino fora do ambiente PROFOR. Incluir cursos de capacitação para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais.

Onde estão os nós da prestação de serviços?

Por PAULO CESAR PHILIPPI - professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC

A prestação de serviços significaria: a) um aumento da eficiência da universidade no uso de sua infraestrutura física; b) a possibilidade de ampliar o seu quadro de técnicos e pesquisadores pagos com os recursos advindos da própria prestação de serviços; c) fundos para a manutenção destes equipamentos; d) a melhoria da qualidade de nossos laboratórios, preservando-se a memória.

Os laboratórios das universidades federais ressentem-se, com algumas poucas exceções, da falta de técnicos qualificados para a operação e manutenção de equipamentos, frequentemente de altíssimo custo. Também para o planejamento e montagem de bancadas na pesquisa experimental associada ao desenvolvimento de dissertações e teses e ao trabalho de pesquisa como um todo. E, finalmente, para a própria gestão do laboratório.

Por técnicos qualificados entenda-se uma ampla faixa, desde o técnico de nível médio até ao Pesquisador-Doutor, este último apto não só a conduzir projetos de pesquisa, mas a projetar e construir equipamentos de pesquisa e a contribuir para a melhoria da infraestrutura física do laboratório, sem a obrigação de assumir uma carga de ensino.

Quem atua como técnico na grande maioria de nossos laboratórios é o próprio estudante quando em fase de tese. É ele quem aprende a lidar com os equipamentos e quem planeja e monta as bancadas. Terminada a tese, ele vai embora e os equipamentos e as bancadas acabam ociosos aguardando o próximo estudante que, inevitavelmente, deverá repetir o mesmo ciclo.

Tudo isto implica em baixa eficiência e subutilização de toda esta nossa infraestrutura física (*que é importante*).

Por outro lado, o que se faz com estes equipamentos interessa à indústria. Um exemplo: um goniômetro é antes de mais nada um equipamento de pesquisa para medir tensões superficiais e ângulos de contato entre líquidos e sólidos. Estas medidas são importantes para a pesquisa em física de superfícies. Mas pode-se, também, com este equipamento, inferir a energia de adesão e qualificar desde colas, tintas e vernizes até inseticidas. Isto interessa à indústria naval, de motores elétricos e de fornos “*auto-limpantes*”.

A disponibilidade destes equipamentos nas universidades pode (ou poderia) ser traduzida em um processo de prestação de servi-

ços de interesse mútuo, tanto para a universidade quanto para a indústria.

E aqui estou limitando-me à prestação de serviços, uma vez que projetos de pesquisa mais complicados, de longo prazo, envolvendo desafios mais importantes para universidades e empresas já vêm sendo desenvolvidos há muitos anos nas universidades (*...e tornaram-se possíveis graças às nossas fundações de apoio*).

Esta prestação de serviços significaria: a) um aumento da eficiência da universidade no uso de sua infraestrutura física; b) a possibilidade de ampliar o seu quadro de técnicos e pesquisadores pagos com os recursos advindos da própria prestação de serviços; c) fundos para a manutenção destes equipamentos; d) a melhoria da qualidade de nossos laboratórios, preservando-se a memória.

Quais são os nós?...

Nada disto que eu falei acima é novidade, sendo prática comum nas universidades europeias e americanas e privadas brasileiras. Também não pode ser traduzida como um processo de privatização da universidade pública, que continuará pública. Trata-se apenas de aumentar a eficiência da universidade pelo uso racional dos recursos disponíveis.

Nada além disto.

Esta prática não cabe ao professor ou ao aluno, cujos interesses são (*ou devem ser*) outros, mas ao técnico, seja ele um técnico de ensino médio ou um Pesquisador-Doutor.

Mas onde estão os nós que impedem ou dificultam esta prática na universidade pública brasileira?... São muitos:

i) O empresário precisa de respostas rápidas às suas demandas. E neste quesito a universidade privada acaba levando vantagem (*isto faz, por exemplo, com que os agricultores de SC prefiram a Unisul para as suas análises de solo*).

ii) O empresário precisa conhecer quais os serviços que a universidade está capacitada a oferecer e isto ele, presentemente, só consegue saber se chegar por aqui e perguntar (*... no lugar certo*).

iii) Alguns de nossos colegas (*não preciso dizer quem são*) têm birra com as fundações e defendem que a universidade deve existir apenas com recursos públicos (*o recurso que vem dos impostos*). Outros de nossos colegas, entre os STAE, defendem a redução de carga horária dos servidores. Uns e outros estão, hoje, no CUn e fazem maioria nas votações. Uns fazem greve por conta própria e outros fecham a BU e

o RU. Isto tudo num país em crise que precisa, de uma forma ou de outra (*seja ela qual for*), acertar o seu passo e de soluções. Não de birra.

iv) A prestação de serviços é considerada uma atividade de extensão e normatizada (*por enquanto, ao menos*) pela Resolução 03/CUn/09, de 08 de dezembro de 2009. Quem der uma olhada nesta resolução rapidamente se dará conta dos muitos nós que é preciso desfazer para que a prestação de serviços tenha a agilidade que lhe é necessária. Exemplos de nós: a) você precisa fazer um projeto; b) este projeto precisa envolver estudantes, deve indicar a *relevância social e acadêmica* da atividade e precisa ser aprovado no departamento. Dois grandes motivos para o interessado sair correndo *porta-afora*.

A prestação de serviços deve ser entendida como ela é: uma atividade **rotineira** de curta duração, uma perícia, uma medida de tensão de ruptura, uma microtomografia, uma análise de solos, um serviço de microscopia. Sem esta de projetos!...

Imagine você se o Santa Luzia precisasse fazer um projeto interno com o envolvimento de estudantes de enfermagem toda vez que você fosse lá para o seu exame de urina?... A atividade de prestação de serviços não é acadêmica e, para ser eficiente, precisa de profissionalização de gestão.

Cada uma destas atividades exige a disponibilidade de equipamentos e, evidentemente, de alguém que assine o relatório, responsabilizando-se pelos resultados. Mas, acima de tudo, precisa de alguém que a faça. E é isto o que nos falta. E isto não nos falta apenas no CTC, mas no CCB, no CFM, no CCS, no CCE, no CCA e (*sem esquecer*) os laboratórios de geologia do CFH.

Em resumo: Precisamos de técnicos qualificados (*e bem pagos*) em nossos laboratórios, mas não temos recursos para isto. Falei em bem pagos?... Sim, pois de outra forma eles irão para outro lugar onde sintam que suas remunerações fazem jus às suas qualificações (*daí eu sugerir isto no título como uma bandeira para os STAE*). Temos o que é preciso para isto. Estas atividades tenderão a aumentar a eficiência da universidade evitando-se a subutilização de equipamentos que custam fortunas. Laboratórios com técnicos responsáveis significam uma **enorme** melhoria de nossas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa. O que falta para isto, além de dois neurônios?...

Conseguir uma identidade Universitária

Por ROSENDO A. YUNES - professor aposentado da UFSC

Para o filósofo espanhol Ortega e Gasset viver na altura dos tempos e viver na altura das ideias “vitais” do tempo. A “cultura” é o sistema vital de ideias de cada tempo. Vital porque delas se alimenta a vida social. Estas ideias podem ser científicas ou não.

Mas, a pergunta é qual é a cultura de nosso tempo. Podemos dizer, seguindo o pensamento de Bauman, que estamos numa cultura líquida, **dominada pelo mercado e as finanças**, onde todas as referências e sentidos foram retirados para dar espaço à lógica do “agora, do consumo, do prazer, e da artificialidade”. As relações são frágeis, sem compromisso e procurando se desconectar sem grandes custos. Esta cultura é uma força de individualização que desvincula totalmente a construção da vida individual da construção política da sociedade que não podem ser separados. Por isso, **o ser humano foi reduzido, pelo mercado, a uma mercadoria a mais, que pode ser consumida ou jogada no lixo a qualquer momento. Acaso, o CNPq, a CAPES, os Reitores, etc no falam de formação de “recursos humanos”. Que significa ser um recurso? Uma mercadoria.**

Fomos transformados em consumidores e objeto de consumo, em procura da felicidade pelo consumo de mercadorias é assim a felicidade sempre é inalcançada. Os mercados transformaram a **felicidade na busca incessante de mercadorias, que podem virar vício, a pessoa torna-se dependente como se fosse uma droga.** Todo vício é autodestrutivo.

Não observamos talvez esta situação na quase nula preocupação que existe entre nossos colegas pela situação de nossa universidade e de nosso país? Ao menos, as assembleias da Apufsc que não conseguem o quórum assim estão manifestando.

A **ideologia de mercado neoliberal é o mais potente aparato de controle de opinião e pensamento que existiu na terra.** Faz tempo, uma grande líder neoliberal expressou: “A economia é o método, o objetivo é o coração e a alma” Está claro que mudando as condições materiais se podem mudar as estruturas ideológicas e morais. Pelo geral a gente pensa segundo vive e não a inversa. Kafka tinha razão ao expressar que “o capitalismo é um estado da alma”. Devemos adicionar que é um estado negativo da alma. E lamentavelmente

isto foi conseguido com a colaboração do braço mais ranço do cristianismo e do catolicismo farisaico trabalhando pelos seus interesses e não pelo Reino de Deus que nunca predicaram. Isto é lamentável, porque o cristianismo é a base religiosa de nosso povo. Esqueceram, ou os fariseus ocultaram, que os verdadeiros formuladores dos direitos humanos totais, não foram os franceses nem os americanos como desejam fazer acreditar, mas dois domínios espanhóis: Francisco de Montesinos (mártir) e Bartolomeu das Casas em nossa América Latina. Os fariseus da religião serviram ao Deus da riqueza, ao mercado, ao qual não se pode servir junto ao verdadeiro Deus.

Esta situação, “a globalização financeira” a levado a que **2.500 milhões de pessoas sofram graves carências e que 70 milhões acumulem tantos bens com todo o resto do planeta (No Brasil 0,9% população tem 68% das riquezas - Dados da Receita Federal).** Resulta claro que existe uma grave violência que permite que um 0.1% da população mundial se aproprie de tantos recursos e 0,9% da brasileira do 68% das riquezas.

Frente a globalização a “soberania nacional” em todos os âmbitos, que implica identidade e “dignidade”, é um grave problema. O Brasil deve defender sempre os direitos humanos totais: morada, trabalho, saúde, cultura, suas indústrias, seu patrimônio energético, sua cultura, etc. A universidade deve estar totalmente comprometida com esta tarefa. Não podemos ignorar esta “realidade” básica.

Para procurar reconstruir uma universidade que não forma “recursos humanos”, mas pessoas, cidadãos brasileiros, patriotas dispostos a trabalhar por uma sociedade sem excluídos, pela soberania do país, devemos urgentemente trabalhar e dialogar sobre temas de importância fundamental sobre nossa identidade como universidade.

A história da Universidade brasileira, da qual formamos parte, em grandes rasgos e simplificando demonstra uma mistura de uma universidade Napoleônica herdada da cultura portuguesa com a adição de departamentos tipo USA introduzidos na reforma de 1967 por uma comissão com predomínio de professores americanos.

Evidente que esta mistura não funcio-

na adequadamente porque Brasil e USA são dois países completamente diferentes. Assim, estamos numa crise permanente. A crise significa que entre a universidade e seu contexto social e nacional (estado) existe um problema, digamos de coexistência.

Qual é o problema de coexistência entre universidade e estado? **A autonomia universitária.**

Ortega escreve que o direito é estático, por isso seu organismo principal se denomina Estado. Mas, as coisas humanas são históricas, isto é, puro movimento, mudança permanente. A história bate com a estabilidade do direito que se transforma numa camisa de força. Este é um motivo para nossa universidade estar engessada e controlada pela AGU. Podemos assim dizer que nossa universidade é autônoma?

Aparece o primeiro grande objetivo para recuperar uma identidade universitária e colocar elas na altura dos tempos:

Primeiro objetivo: conscientizar da necessidade de mudar, trabalhar para formular uma lei racional e solicitar mudar totalmente a lei referente às universidades do país. Os autores mais radicais sugerem que a melhor lei seria aquela com artigos referidos somente aos objetivos que são conferidos e a obrigação total de seu cumprimento.

Acredito que existem dois ideais importantes: 1) desenvolver mais ciência, mais tecnologias autônomas, mais indústrias nacionais atualmente esquecidas, tudo subordinado ao interesse comum e 2) a emancipação do ser humano pela solidariedade, a arte, a compaixão pelos mais pobres, pelo amor. Sugiro assim um mínimo de leis indicando estes objetivos, suas obrigações e dura cobrança das mesmas e uma estrutura que permita ensinar segundo a capacidade de aprender, ensinar a pensar, ensinar a solidariedade para construir uma sociedade igualitária, sem excluídos e o desenvolvimento da interdisciplinaridade e da pesquisa orientada para objetivos aplicados ou básicos concretos, sem disfarces, para estender seus resultados a estrutura econômico-social autônoma de nossa região e da nação..

A luta levará muito tempo, mas é completamente necessária para construir a “soberania nacional” e a identidade universitária.

Debate aborda a cobrança dos cursos de especialização nas federais

Representantes do governo, de universidades federais e de sindicatos debateram sobre cobrar ou não pela oferta de cursos de especialização nas instituições públicas de ensino superior, são os chamados cursos *lato sensu*. O debate aconteceu no dia 20 de agosto, na Câmara dos Deputados.

A institucionalização da cobrança, que já é feita atualmente por algumas universidades públicas, está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), e foi discutida na comissão especial que analisa a proposta.

De um lado, os defensores da medida afirmam que os cursos de especialização não são regulares e, portanto, são passíveis do fim da gratuidade. Na contramão, os críticos da PEC dizem que só o financiamento público garante a autonomia das universidades.

Favorável à PEC, o coordenador-geral de Relações Institucionais da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Vicente Almeida, disse que a cobrança de mensalidades ajudaria a custear pequenos gastos das universidades federais relacionados aos cursos *lato sensu*.

“Pela legislação, esses cursos não são considerados regulares. Não são considerados contínuos. Eles não diplomam, apenas conferem certificado”, explicou o representante do MEC. “É um atendimento de formação individual, específica para o mercado de trabalho, que pode sim ser cobrado. Não fere a legislação educacional vigente”, disse.

Representante da pró-reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Rita de Cássia Cordeiro também defendeu a cobrança com o argumento de que muitos dos cursos de especialização são ofertados para capacitar

funcionários de empresas multinacionais ou estudantes de outros países.

Por outro lado, Rita Cordeiro lembrou que a Unesp não cobra por cursos direcionados aos professores da rede pública de ensino ou aos profissionais da saúde. “Nesses casos, é a prefeitura que paga. Está sendo remunerado, mas não pelo aluno”, disse.

De acordo com Cordeiro, o dinheiro recebido também é utilizado para pagar o corpo docente, que muitas vezes está fazendo hora extra. Os cursos, ressaltou, costumam ocorrer nos fins de semana, pois são voltados para profissionais que trabalham.

Em resposta a esse argumento, o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo Marcos Borges Rizzo, disse que soluções em que o professor tenha de trabalhar no fim de semana não devem ser apoiadas.

Também o deputado Sergio Vidigal (PDT-ES) defendeu a gratuidade dos cursos *lato sensu*. “Os cursos de extensão são uma função social da universidade. Temos que garantir a igualdade de direitos a todos, aos que podem e aos que não podem pagar.”

O relator da PEC na comissão especial, deputado Cleber Verde (PRB-MA), disse que está reunindo opiniões para elaborar seu relatório. Apesar de defender uma educação pública, ele disse ser contrário às ações judiciais movidas contra as instituições que cobram por cursos de especialização. “Cabe a esta Casa cumprir o seu papel de legislar”, resumiu.

A Apufsc considera que esse tipo de cobrança é preocupante em se tratando de universidades públicas. E vai verificar se essa situação ocorre na UFSC.

(Com informações da Agência Câmara)

Sede da Apufsc em Joinville já está funcionando

Os professores do campus da UFSC em Joinville já contam com uma sede da Apufsc-Sindical na cidade. A inauguração oficial ocorre no dia 10 de setembro, às 19h, mas o local está aberto para atendimento dos filiados. O atendimento acontece nas segundas, quintas e sextas-feiras das 13h às 18h e nas terças e quartas-feiras das 8h às 13h. A sede está localizada na Rua Coelho Neto nº 159 - sala 202 - Bairro Saguacú. Telefones: (47) 3027-7992 e (47) 9925-1735.

Adufg Sindicato conquista Registro Sindical

A Adufg Sindicato acaba de conquistar sua Carta Sindical, conforme publicação no Diário Oficial desta quinta-feira, 20 de agosto de 2015, encerrando longo período de trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A partir de agora, com a publicação da decisão do Ministério do Trabalho, está deferido o registro sindical da Adufg Sindicato para representar a categoria dos docentes das Universidades Federais de Goiás, excluindo a representação do Andes no Estado de Goiás. A Diretoria do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás agradece a todos os professores e professoras da UFG que lutaram por esta conquista. Segundo o Diretor Presidente da Adufg Sindicato, Prof. Flávio Alves da Silva, essa “conquista foi, com certeza, a maior do nosso sindicato”. (Fonte: Adufg)



Publicação mensal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço: Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC (48) 3234-5216 | 3234-3187
www.apufsc.org.br
imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2014/2016

Presidente Wilson Erbs	Diretor Financeiro Adjunto Antonio de Miranda Wosny
Vice-Presidente	Diretor de Divulgação e Imprensa Rose Elaine de Liz Waltrick
Secretário Geral Edinice Mei Silva	Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas Jovelino Falqueto
1º Secretário Luiz Gonzaga de Souza Fonseca	Diretor de Assuntos de Aposentadoria Bernadete Limongi
Diretor Financeiro Bernardo Walmott Borges	

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Projeto Gráfico
Cristiane Cardoso (SC-634 JP)

Editoração Eletrônica
Bianca Enomura

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 4.000 exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

COMISSÃO EDITORIAL 2015/2016

Presidente
Rose Elaine de Liz Waltrick

Membros
Anelise Reich Corseuil
Edinice Mei Silva
Joana Sueli de Lazari

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores